

## Um governo condenado

Rogério L. Furquim Werneck\*

A palavra *condenado* deve ser lida aqui com a acepção que lhe é dada em engenharia civil, para designar um edifício prestes a desabar, sem possibilidade de recuperação. É pouco provável que, fragilizado como já estava, o governo consiga se recuperar do desgaste adicional causado pela vertiginosa sequência de eventos adversos a que se viu submetido nas últimas semanas. Antes que os fatos se embaralhem no turbilhão da crise, é bom tê-los em perspectiva e nitidamente diferenciados, para entender com mais clareza as razões do dramático estreitamento de espaço de manobra com que hoje se debate o governo.

Não é preciso uma lista exaustiva. Basta ter em conta os eventos mais desgastantes, todos ocorridos nos 12 dias compreendidos entre 22 de fevereiro e 4 de março: a prisão de João Santana; as evidências de que, em meio à campanha presidencial de 2014, o marqueteiro teria recebido, em contas de empresas não declaradas no exterior, vultosos pagamentos feitos com recursos provenientes do “petrolão”; a divulgação de depoimento do senador Delcídio do Amaral, no quadro de um acordo de delação premiada, em que acusa a presidente de tentativa de obstrução de Justiça e de ter tido pleno conhecimento prévio das implicações da decisão de aquisição da refinaria de Pasadena; e, para culminar, a condução coercitiva do ex-presidente Lula, para prestar depoimento à Polícia Federal, e o cumprimento de mandados de busca e apreensão em seus apartamentos de São Bernardo, na casa de Atibaia e no Instituto Lula.

Para avaliar a extensão dos danos que essa saraivada de eventos adversos vem impondo ao governo, é importante ter em conta seus efeitos devastadores sobre narrativas cruciais a que o Planalto e o PT, a duras penas, se vinham agarrando.

Que nem um real de dinheiro desviado do “petrolão” havia sido canalizado para o financiamento da campanha presidencial de 2014. Que a presidente se orgulhava de sempre ter assegurado amplo espaço para as investigações da Lava Jato, sem jamais ter tentado obstruir por qualquer meio o andamento da operação. Que, embora tivesse ocupado diligentemente, por mais de sete anos, a presidência do Conselho de Administração da Petrobrás, cinco deles como ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff jamais tivera conhecimento de qualquer malfeito ocorrido na Petrobrás. Que, não obstante a escala impressionante da pilhagem de recursos públicos observada em seus dois governos, o ex-presidente Lula sempre esteve totalmente à margem desse processo, sem dele auferir qualquer espécie de ganho.

O pior, para o governo, é que tudo indica que esse desmoronamento das narrativas que lhe são caras deverá ser agravado nos próximos meses, por uma onda adicional de acordos de delação premiada, no contexto da Operação Lava Jato, estimulados pelas condenações em primeira instância e pela nova jurisprudência firmada pelo STF, em fevereiro, que permite que penas de prisão já sejam executadas a partir de decisões de segunda instância.

Da noite para o dia, um governo que se sabia fragilizado passou a ser visto como desenganado. E é natural que isso tenha deflagrado amplo reposicionamento de forças políticas. Partidos de oposição, que chegaram a alardear que o impeachment estava enterrado, passaram a ver com novo ânimo a possibilidade de abreviar o mandato da presidente Dilma. Já há até sinais de que as facções governistas do grande arquipélago pemedebista andam costeando o alambrado, prontas a abandonar a presidente à própria sorte. E rumores de que o resto da base governista pode saltar do barco a qualquer momento.

O que esperar da condução da política econômica nesse quadro conturbado, de fim de festa? Na melhor das hipóteses, que os tripulantes se empenhem para, na medida do possível, evitar que a deterioração da situação política se traduza em agravamento da brutal crise econômica que enfrenta o País. Mas não é bem isso que vem sendo esboçado.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.